

A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA EUROPA: CONTROVÉRSIAS E CONTINUIDADE**Patrícia Nasser de Carvalho**

Professora adjunta no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

A Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE) – um dos mais importantes símbolos do processo de integração regional europeu –, que completou, em 2012, cinquenta anos, pode parecer, à primeira vista, sobretudo aos olhos “não europeus”, uma política bem-sucedida. Isto porque a PAC se afigura como política capaz de garantir uma farta e variada oferta de alimentos ao mercado europeu, colocar a UE na posição de maior exportador líquido mundial de bens agroalimentares e, além disso, proporcionar um dos mais destacados níveis internacionais de produtividade no setor, em razão da alta tecnologia utilizada, apesar de empregar apenas 5% do total da mão de obra do bloco regional. Ademais, a eficiência da PAC aparenta estar centrada na organização integrada do setor agrícola, ao observar-se o nível de renda proporcionado aos produtores rurais. No comércio internacional, é perceptível que, por meio da PAC, a UE se mantém firme na defesa do protecionismo agrícola; posição que se reflete no seu modo de atuação nas negociações. A PAC demonstra igualmente ser uma política preocupada – desde sua institucionalização nos anos 1960 – com a distribuição de recursos alimentares entre os cidadãos europeus, com vistas a garantir a segurança alimentar no continente europeu, uma vez que foi pautada na concepção – instituída no pós-Segunda Guerra Mundial, quando a política agrícola comum europeia começou a ser pensada – de que esta é condição necessária para a manutenção da paz entre os Estados da região.

Ao tomar como objeto principal a PAC, o propósito deste trabalho é – a partir de uma perspectiva histórica – mostrar as origens, os interesses que embasaram sua formulação original, as negociações anteriores e aquelas que se deram durante seu processo de institucionalização, além de discutir os primeiros resultados da política europeia integrada na área agrícola, que passou por mudanças incrementais até 1992, quando aconteceu a primeira reforma estrutural.

A finalidade é demonstrar que a PAC, apesar de se mostrar elemento positivo da integração europeia e de ter passado por algumas reformas, é uma política bastante controversa. Como privilegia os interesses da classe de produtores rurais pela manutenção do seu nível de renda ao longo das décadas – sobretudo de determinados Estados-membros da UE –, persiste por mais de cinco décadas mantendo a essência de sua estrutura original, mesmo sendo uma política extremamente custosa aos cidadãos do bloco europeu de integração regional.

A primeira seção do texto para discussão do qual este sumário executivo é parte aponta algumas razões que demonstram por que a PAC pode ser considerada uma política bastante controversa desde sua origem e por que sua continuidade se dá sem que os europeus realizem grandes modificações em sua estrutura essencial, apesar das reformas. A segunda seção trata das origens históricas da PAC, quando, no pós-Segunda Guerra Mundial, as necessidades comuns dos Estados europeus – que convergiam em direção aos primeiros estímulos para a construção do projeto de integração regional, de garantir o abastecimento e otimizar a produção e a distribuição de alimentos no continente – implicaram planos mais consistentes de integração agrícola. As primeiras iniciativas, interesses e projetos para a constituição de uma política agrícola comum aconteceram na década de 1950 e tiveram a garantia da segurança alimentar como meta principal. A terceira seção concentra-se em fazer uma análise crítica da questão agrícola no Tratado de Roma, que, em 1957, instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e demonstrou a vontade dos Estados europeus de agregar o tema agricultura ao mercado comum, embora sem que se deixasse explicitado de maneira clara o caminho a ser percorrido para tanto. A quarta seção explica a estrutura fundacional da PAC – instituída em 1962 –, seus instrumentos, seus mecanismos

e seu funcionamento, além do privilégio conferido aos interesses de certos Estados europeus na formulação dessa estrutura. A quinta seção revela os principais conflitos dos Estados-membros em torno da estrutura fundacional da PAC nos anos 1960, os primeiros desequilíbrios orçamentários e as pressões iniciais por mudanças, que só aconteceram a partir do fim daquela década, como se discute na sexta seção. Verifica-se que essas reformas, apenas de caráter incremental, adiaram as primeiras modificações na estrutura fundamental da PAC para o início da década de 1990. A última seção apresenta os principais pontos do formato original da PAC – alguns alterados nas décadas posteriores – e seus impactos na posição negociadora da UE no comércio internacional, bem como levanta alguns aspectos sobre os efeitos protecionistas dessa política.

SUMÁRIO EXECUTIVO